

# **“Abrileirar o Brasil” a partir das crianças: a pesquisa em arquivos sobre a emergência de uma infância na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX<sup>1</sup>**

**Marcos Vinicius Malheiros Moraes, IFSP e USP/ São Paulo**

**Palavras-chave: infância, nacionalidade, arquivo**

## **Introdução**

As instituições educacionais têm sido compreendidas, no mundo moderno, como instrumentos eficazes para a transformação social e cultural. Em geral, as ações pedagógicas são orientadas conforme os projetos políticos em disputa na sociedade, o que torna o processo educativo eminentemente político e instaura a centralidade das crianças nos discursos e práticas sociais. Todavia, as crianças ocupam, em geral, o lugar do infante, daquele que é entendido como não falante, ou, mais propriamente, como aquele que não possuiria domínio suficiente dos sistemas simbólicos em uso no seu meio sociocultural, ao menos para tomar parte na sua própria determinação e na do seu grupo. Assim, a criança seria socializada como condição para seu ingresso enquanto ator social competente na sociedade, sendo que à sua liberdade política precederia um período de servidão, pois em sua situação original ela estaria aquém da moral e da razão, partilhando com o “primitivo” e o louco a suspeita em relação à sua subjetividade, a qual seria desvirtuada, no contexto de certa filosofia do sujeito, pela superstição e pela desrazão. Quando possível, a emancipação da criança adviria da educação, a do “primitivo” da colonização, e a do louco da medicalização; mas eis que o processo implica na própria negação destas figuras, posto que dele resultariam o adulto, o civilizado e o normal.

Qual seria o lugar do protagonismo social das crianças no processo educativo? Tomada como objeto mudo de uma ação que lhe é exterior, como puro paciente, a criança não apresentaria qualquer protagonismo. Contudo, seria esta a melhor forma de considerá-la? Os atores sociais envolvidos no processo educativo, geralmente, consideram as crianças como atuantes, sendo a sua interação, com suas palavras e ações, elemento fundamental para a realização do encontro pedagógico, afinal, tanto a indisciplina quanto a apatia constituem desafios, pois o malogro do processo educativo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

pode ser a resultante tanto do excesso e descontrole quanto da falta da atuação das crianças. Enfim, à dependência, mais óbvia, das crianças em relação aos adultos para sua existência, a qual varia consideravelmente em diferentes contextos socioculturais, corresponde uma dependência, um tanto dissimulada, dos adultos em relação às crianças para a continuidade e, por vezes, transformação do mundo histórico-cultural. Eis que, se há servidão, ela é, em certa medida, voluntária e instável, levando à análise das relações de poder em que se produz o processo educativo, em seu caráter disciplinar e antidisciplinar, como troca e como guerra (cf. Foucault, 2010 [1975]; cf. Certeau, 2014 [1980]).

Ao pensar a educação no Brasil não se escapa destas reflexões iniciais, pois o grande desafio é pensar justamente o protagonismo das crianças (Cohn, 2005), o qual pode mostrar-se ainda mais elusivo quando se trata de fontes históricas. A proposta deste trabalho é pensar a possibilidade de um exercício etnográfico no arquivo, procurando refletir como pode ser feita sua apropriação na pesquisa antropológica. Em um primeiro momento, discutir-se-á o que é um arquivo e como sua análise pode ser feita pela antropologia. Em seguida, debruçar-se-á sobre três diferentes tipos de fontes documentais: textos, fotografias e desenhos, procurando refletir sobre como a análise será feita em relação a cada um destes materiais de pesquisa.

Os materiais utilizados nesta análise referem-se a pesquisas sobre a infância na cidade de São Paulo nas décadas de 30 e 40 do século XX. Em 1935, Mário de Andrade é nomeado Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo pelo prefeito Fábio da Silva Prado, entre seus projetos inclui-se a instalação de Parques Infantis, inicialmente em número de três (Pedro II, Lapa e Ipiranga), e o incentivo à pesquisa folclórica e etnográfica. A pesquisa de doutorado que orienta a reflexão metodológica deste artigo busca analisar a emergência de uma infância na cidade de São Paulo no referido período, bem como sua relação com a pesquisa folclórica e a proposição de um projeto relativo à nacionalidade, pois os parques infantis tinham como objetivo, entre outros, “abrasileirar o Brasil”, tendo em vista a forte presença de imigrantes na cidade de São Paulo. Além disso, é interessante analisar como no mesmo contexto a pesquisa folclórica também se debruçará sobre o folclore infantil, tal como é possível observar na primeira pesquisa de campo de Florestan Fernandes, de 1941, sobre as trocinhas – grupos de brincadeira – do Bom Retiro e de outros bairros centrais da cidade de São Paulo, a qual indaga não apenas sobre o folclore, mas procura analisar sua relação

com fenômenos sociológicos tais como a socialização das crianças e sua assimilação à sociedade e cultura brasileira por meio dos grupos de folgado.

Pretende-se, a partir destas discussões, orientar a elaboração de uma etnografia no arquivo, cuja possibilidade será examinada ao longo deste trabalho.

## **1. O que é um arquivo?**

Uma indagação inicial impõe-se a qualquer pesquisa que adote os arquivos como fonte empírica, a saber, a própria definição de arquivo. Esta se torna uma questão conforme se pretenda atuar criticamente em relação aos pressupostos envolvidos na elaboração de um arquivo, desnaturalizando-o (Castro, 2008, p. 28).

A investigação quanto à gênese dos arquivos constitui uma das formas de realizar esta crítica. Em primeiro lugar, a análise da lógica de seleção que opera na constituição dos acervos é um exercício indispensável ao pesquisador, que precisa estar atento, por exemplo, aos diversos atores sociais envolvidos na elaboração do arquivo: os titulares dos documentos, os intermediários do processo de transferência e os arquivistas. Cada um destes atores pode ter concepções distintas sobre o que *deve* ser arquivado, de modo que atuam de diferentes maneiras nos processos de seleção, preservação e guarda de documentos. Essas diferentes lógicas de seleção e conservação evidenciam o ato arbitrário que se encontra na gênese dos documentos. Como explica Castro (2008), “um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de concepções de valor, memória e passado que o levam a ser preservado” (p. 29).

Em segundo lugar, os arquivos estão sujeitos aos acontecimentos históricos, que podem destruí-los a despeito do interesse de preservação manifesto por seus titulares e por outros atores sociais, o que relaciona este processo de constituição dos arquivos não apenas às destruições acidentais, mas também à forma como as lutas sociais e políticas, que acompanham a história dos próprios arquivos, podem motivar a sua destruição ou adulteração.

Em terceiro lugar, a própria materialidade dos documentos precisa ser considerada em sua efetividade, pois os documentos enquanto artefatos não são simples vestígios do passado que servem como evidências, mas são constitutivos do próprio passado enquanto mediadores que afetam os sujeitos e objetos a que se referem. Em relação aos documentos

burocráticos, Hull (2012) destacará como atuam tanto no sentido de coordenação e controle social, quanto na constituição de uma “vasta variedade de entidades” (p. 259).

Esta intrincada gênese, que poderia surgir, em uma avaliação preliminar, como impeditiva à pesquisa em arquivo, constitui, pelo contrário, no próprio interesse dessa pesquisa e na possibilidade de torná-la em pesquisa de campo. Como assevera Cunha (2004):

[Os] antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos – social e simbólico – de sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um *campo* etnográfico. Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a ideia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas “vozes” forem tomadas como objeto de análise – isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições” (p. 293)

Dessa maneira, a investigação antropológica é instigada pelo desafio de analisar o próprio processo de emergência do arquivo e como em seu interior se articulam - nos documentos – processos e narrativas históricas, que surgem tanto do arranjo da polifonia das vozes quanto da posição frente aos silêncios e lacunas constitutivas do arquivo.

## **2. A análise dos arquivos**

Propõe-se, portanto, na forma de análise intrínseca dos documentos e dos arquivos, a emergência da polifonia, ou seja, das múltiplas vozes envolvidas no contexto analisado, o que, na exposição dos resultados da pesquisa, implica que a etnografia seja “invadida pela heteroglossia” (Clifford, 2008, p. 52). Em termos gerais, o exercício intelectual a ser desenvolvido refere-se à passagem dos arquivos enquanto instrumentos de formação de hegemonia, devido à sua utilização na conformação de sujeitos e na narrativa da história oficial, para o de sua subversão (cf. Zeitlyn, 2012). Com este intuito, torna-se necessária a utilização de abordagens teóricas adequadas a esta tarefa, como as de Derrida e Foucault, que consideram que “não somos plenamente prisioneiros do arquivo, que o pensamento não é (totalmente) determinado, então podemos considerar outras vozes” (Zeitlyn, 2012, p. 464).

Trata-se de processo de pesquisa que demanda a análise minuciosa dos documentos, pois a sua própria materialidade pode contribuir para silenciar outras vozes,

na medida em que o tipo de registro que é feito pode enfatizar a fala e as ações de certos atores sociais em detrimento de outros. Além disso, há formas de registro que podem tornar invisíveis determinadas diferenciações que são consideradas significativas pelos atores sociais envolvidos, como certos pertencimentos étnicos e religiosos, ou algumas identidades sexuais, aspectos que podem não ser contemplados em documentos oficiais. Neste caso, é o próprio silêncio que precisa ser enfatizado no contraste com o que é dito.

Diante do caráter elusivo deste empreendimento, é possível o seu malogro, todavia, isto não é razão para se abdicar deste esforço, pois, como sustenta Zeitlyn (2012), “por vezes o passado está verdadeiramente perdido. Mas não podemos saber *a priori* o que está perdido sem tentarmos. Algumas pesquisas extraordinárias [...] tiveram sucesso em escrever história (e etnografia) de baixo” (p. 465).

Na sequência deste trabalho, pretende-se examinar algumas das possibilidades de análise dos documentos pertinentes à pesquisa de doutorado em curso, a qual versará sobre a emergência, nas décadas de 30 e 40 do século XX, de uma infância na cidade de São Paulo. A análise debruçar-se-á sobre as potencialidades de três tipos de *corpora*: textos, desenhos e fotografia.

### **3. Leitura a contrapelo dos textos**

Na referida pesquisa de doutorado, pretende-se analisar o esforço para a formação de uma cultura (nacional) enquanto dispositivo que atua na subjetivação das crianças. O recorte escolhido é o do plano discursivo formado pelos diálogos entre artistas, educadores e cientistas sociais que se debruçaram sobre a infância na cidade de São Paulo nas décadas de 30 e 40 do século XX. Diante da vasta massa documental produzida sobre a infância na cidade de São Paulo, os Parques Infantis - instituições não escolares voltadas à educação das crianças - foram escolhidos por sua centralidade à produção de discursos sobre a infância no período, a fim de delimitar melhor o recorte da pesquisa.

É possível traçar algumas relações entre os Parques Infantis e os três autores fundamentais a esta pesquisa, quais sejam, Mário de Andrade, Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo. Em 1935, Mário de Andrade era Diretor do Departamento de Cultura e Recreações Públicas da cidade de São Paulo, tendo sido idealizador e se empenhado pessoalmente no projeto de implementação dos Parques Infantis. Por sua vez, Fernando de Azevedo fez diversas anotações e comentários ao Projeto do Departamento de Cultura, que incluía os Parques Infantis, além disso, atuava como professor na Escola

Normal Caetano de Campos, responsável pela formação das instrutoras dos Parques (Faria, 2002). É justamente uma das instrutoras dos Parques Infantis e membro da Sociedade de Etnografia e Folclore, Lavínia Costa Vilela, que avaliará a primeira versão de *As trocinhas do Bom Retiro*, de Florestan Fernandes, obra em que o autor analisa, a partir de pesquisa etnográfica e folclórica, os grupos e o folclore infantil em bairros centrais da cidade de São Paulo no ano de 1941 (Fernandes, 1994, p.132). Em relação aos textos, o principal desafio desta pesquisa será lê-los a contrapelo, ou seja, buscar indícios de diferentes vozes nos documentos, particularmente as representativas das tradições dos oprimidos (cf Benjamin, 1994 [1940]; Dawsey, 2009).

Para se pensar a questão da nacionalidade na cidade de São Paulo a partir deste tipo de análise textual, pode-se confrontar o estudo de Florestan Fernandes com a proposta de Mário de Andrade e sua realização no Parque Infantil. Ao certificar que as trocinhas (grupos de brincadeira) geralmente eram compostas por membros de distintas nacionalidades, Fernandes (2004) analisa:

A própria natureza do grupo infantil em ação favorece a inexistência de distinções extremas entre as crianças, as quais vivem em um mundo próprio, seu, nos folguedos, com uma hierarquia e um sistema de valores exclusivos. Doutro lado, essas distinções não existem no meio social ambiente, a ponto de influir nas avaliações das crianças. O máximo que pudemos observar, relativamente à nacionalidade (quase sempre a dos pais), foi a troca de “xingamentos”, como os seguintes: judeus por “gambás”; “brasileiro macaco”; “vendedor de ferro-velho” para os espanhóis (ou simplesmente “ferro-velho”, “garrafa vazia”); “carcamano” para italiano; “tiçuno”, “pau de fumo” etc. para o negro; “Tekago na Kara”, japonês, etc. para o japonês” (p. 211)

O autor minimiza a existência dos “xingamentos” diante do convívio entre as crianças nos folguedos, mas as falas das crianças indicam a circulação de avaliações preconceituosas sobre distintos grupos étnico-raciais. No entanto, não se trata de afirmar que as crianças simplesmente reproduziam esses discursos, mas que sua emergência surge como indagação entre as crianças sobre os limites de sua assimilação à sociedade e cultura nacional, sugerindo os conflitos que marcavam a cidade naquele período. Afinal, o que surgia, para as crianças, do diálogo com os demais atores sociais da cidade sobre as relações entre os grupos étnico-raciais que a constituíam?

De fato, a questão da nacionalidade nos Parques Infantis era considerada de fundamental importância, como se observa em discurso de 1935, em que Mário de Andrade comemora o aniversário da cidade de São Paulo, mencionando os sucessos de sua gestão frente ao Departamento de Cultura:

Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social (...) As tradições ressurgem e os costumes do passado. São crianças tartamudeando em torno de uma Nau Catarineta de vime, as melodias que seus pais esqueceram, e nos vieram de novo da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará (apud Faria, 2002, p. 118).

É curiosa a ideia de ressurgimento das tradições brasileiras, que teriam sido esquecidas pelos pais das crianças, pois se sabia que parte significativa dos frequentadores dos parques infantis eram filhos e netos de imigrantes, como mostrou um levantamento de 1937 feito por Lowrie<sup>2</sup> (apud Bastos, 2010), o qual indicou que 46% dos pais e 78% dos avós dos frequentadores dos três parques estavam nesta categoria. Trata-se de questão enfatizada por Mário de Andrade (1938):

E se cuidamos na atualidade de abraçá-la o Brasil e torná-lo uma entidade realmente unida, talvez não haja no país região mais afastada da essencialidade nacional que esta região de SP, a mais cruzada de imigrantes de várias proveniências. Nada mais justo do que buscarmos as fontes de nossas tradições, onde elas ainda sobrevivam. O ano passado já as crianças italianas, espanholas, russas, húngaras dos PIs [Parques Infantis], realizaram o baile tradicional da Nau Catarineta, com elementos nordestinos pertencentes ao já importante acervo conseguido pela Discoteca (apud Faria, 2002, p. 150).

Observa-se que uma dança tradicional da região do Nordeste do país, a Nau Catarineta, recuperada em virtude de pesquisa folclórica, torna-se parte das tradições da cidade de São Paulo ao ser encenada enquanto dança dramática no âmbito dos Parques Infantis. Dessa maneira, as dimensões da tradição e da sua invenção confluem, podendo gerar estranhamentos entre o laboratório e o canteiro de obras da nacionalidade, ou seja, as pesquisas folclóricas e sua utilização na educação das crianças. Como exemplo dessa situação, talvez se possa indicar a seguinte passagem de *Tristes Trópicos* (1955), de Lévi-Strauss (1996), sobre as “etnografias de domingo”:

“[...] nos arredores de São Paulo, podia-se observar e registrar um folclore rústico: festas de maio, quando as aldeias enfeitavam-se de palmas verdes, combates comemorativos fiéis à tradição portuguesa, entre ‘mouros e cristãos’, procissão da ‘nau catarineta’” [...] (p.117).

---

<sup>2</sup> LOWRIE, Samuel Harman. Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal, v. XLI, nov. 1937.

Considerando o referido contexto da educação infantil, este trecho poderia ser indício de que o antropólogo estava diante não da manifestação folclórica autóctone, como ele sugere, mas de sua encenação pelas crianças nos Parques Infantis.

A análise documental cuidadosa deve permitir elaborar algumas tensões constitutivas desses discursos sobre folclore, nacionalidade e modernidade na cidade de São Paulo. Todavia, a análise de outros tipos de documentos se faz necessária para que as ações das crianças sejam enfatizadas. Assim, será visto, nos próximos tópicos, a relevância que podem ter os desenhos e as fotografias.

#### 4. As fotografias: a constituição de um informante e o inconsciente ótico.



Fotografia Nau Catarineta "Vamos dar a despedida", Parque Infantil Pedro II, 1937

Fig 1. Fonte: Benedito Junqueira Duarte (*apud* Brito, 2016, p. 120)

Junqueira Duarte, no Parque Infantil Pedro II.

O fotógrafo é uma personagem importante para esta pesquisa, podendo tornar-se um informante privilegiado, pois apresenta uma perspectiva própria sobre o desenvolvimento das atividades na instituição. Frehse (2005) desenvolve uma reflexão sobre a presença de informantes na pesquisa em arquivo:

É em face dessas ponderações que se demonstra com todo o vigor a relevância dos informantes também para a pesquisa antropológica nos arquivos. Só que são informantes peculiares: não tanto os organizadores e/ou proprietários da documentação arquivada, e sim as personagens que, tematizadas na documentação, atuam de formas analiticamente relevantes no campo imaginário que o pesquisador constrói a partir da interlocução com as fontes. Só que esses tipos só se deixam distinguir como tais a partir de uma construção teórica do pesquisador fora dos arquivos (p. 136).

O informante é uma construção interessante para a elaboração de diálogos pautados pela diferença cultural, que são produtivos do ponto de vista analítico. Ou seja, é uma figura central do estabelecimento de relações de alteridade que permitem o “estranhamento” dos discursos emergentes nos arquivos.

Além disso, a fotografia enquanto documento também é interessante na medida em que acessa uma dimensão inconsciente que permite que a análise se destaque da intencionalidade do seu produtor. A fotografia apresenta um excesso de significante em relação aos significados pretendidos pelo produtor da imagem, que a análise pode esmiuçar na busca por outros significados. Trata-se da noção de inconsciente óptico, desenvolvida por Walter Benjamin (1994 [1933]):

A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente. Percebemos, em geral, o movimento de um homem que caminha, ainda que em grandes traços, mas nada percebemos de sua atitude na exata fração de segundo em que ele dá um passo. A fotografia nos mostra esta atitude, através de seus recursos auxiliares: câmara lenta, ampliação. Só a fotografia revela esse inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional” (p. 94).



Fotografia Nau Catarineta "Olha pra estrela do norte", Parque Infantil Pedro II, 1937

**Fig. 2 - Fonte:** Benedito Junqueira Duarte (*apud* Brito, 2016, p. 120)

Dessa maneira, o interesse pela fotografia relaciona-se ao interesse pela captação de ações das crianças em que elas possam apresentar sua perspectiva sobre o processo histórico. Assim, a organização de uma torre humana pode constituir corporalmente o sentido do “cooperativismo e a consciência do homem social” preconizada por Mário de Andrade, pois tal performance, orientada pelos educadores, articula os corpos de várias crianças e alça ao céu uma delas, a qual sonda o horizonte em busca de terra, uma esperança de vida em uma situação adversa.

Como visto nas fotografias apresentadas, há uma encenação folclórica da Nau Catarineta em que se percebe nos gestos das crianças e nas suas características um esforço, ainda que orientado pelas educadoras, de construção da nacionalidade brasileira associada ao folclore.

Os desenhos elaborados pelas crianças nos parques infantis também serão analisados com esse objetivo.

## **5. O desenho e a produção cultural das crianças**

O desenho era uma das principais atividades desenvolvidas pelas crianças no Parques Infantis, tendo sido inclusive colecionados por Mário de Andrade, que orientava as instrutoras dos Parques a não interferirem em sua realização, de modo a favorecer a espontaneidade infantil (cf. Gobbi, 2004).

O desenho das crianças deve ser entendido como produção cultural e não como mera reprodução da realidade, como assevera Gobbi (2014):

Ao tratar os desenhos criados pelas crianças, desde bem pequenas, como artefato cultural ou fonte documental, não significa que possam ser vistos como cópias da realidade, equívoco ainda muito cometido. Como verdade iconográfica, não é expressão da neutralidade ou do todo ali representado. É invenção, fantasia, guarda elementos de imaginação e, por que não do cotidiano vivido e sentido pelas meninas e meninos? É um fragmento bom para pensar sobre diferentes questões teóricas e práticas referentes às dinâmicas sociais, envolvendo ou não crianças, mas que seguramente podem partir delas (p. 154-5).

Dessa maneira, o desenho infantil é um meio privilegiado para estabelecer interlocução com as crianças e captar a sua atitude frente ao mundo histórico-cultural. Do ponto de vista metodológico, isto implica em questionamentos sobre a prática do desenho e sua relação com a experiência urbana, tendo em vista como ele permite novas formas de apropriação do espaço urbano e de organização das experiências vividas (Kuschnir, 2012, p. 304).

No desenho abaixo, elaborado por Edi Pastore (9 anos) no Parque Infantil Pedro II, no mesmo ano em que as fotos acima foram produzidas, a autora apresenta um barco no mar, possível referência à “Nau Catarineta”.



**Fig. 3** - Desenho de Edi Pastore, 9 anos. Parque Infantil Pedro II, São Paulo, 1937. Lápis s/ papel, 20x 30cm Col. MA-IEB/USP (*apud* Coutinho, 2002, p. 174)

No entanto, a imagem descontextualiza a embarcação em relação à dramatização da dança folclórica, lançando-a ao mar. Desenhada de forma estereotipada, a nau flutua no oceano, sendo que a presença de aves marinhas sugere uma chegada, e o brilho do sol, bom tempo. O ornamento floral nas margens indicia um enquadramento primaveril, remetendo a uma jornada feliz. É a experiência da viagem que a criança resolve apresentar. Há uma associação possível entre o barco à deriva no mar e a questão da nacionalidade nos parques infantis, pois, se, por um lado, o desenho pode ser a representação da Nau Catarineta e da busca pela construção da nacionalidade brasileira<sup>3</sup>, ele pode ser também, por outro lado, a representação da narrativa da chegada dos pais e avós imigrantes da maior parte das crianças que frequentavam a instituição, como pode ser o caso da autora do desenho, tendo em vista seu sobrenome italiano. Dessa maneira, a polissemia do desenho pode ser ao mesmo tempo conformidade e contestação em relação à nacionalidade. Além disso, a performance do desenho se relaciona, de maneira reflexiva, às experiências sociais vivenciadas pelas crianças, constituindo em um modo de significá-las e transformá-las (Turner, 2005). De fato, ele é sobretudo um convite a pensar sobre os sentidos e a produção da nacionalidade.

---

<sup>3</sup> No mesmo ano em que este desenho foi elaborado, o filme *O descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro, era lançado nos cinemas brasileiros, como epopeia do surgimento de uma nação nos trópicos.

## Considerações finais

A utilização de diferentes fontes de pesquisa surge como fundamental à pesquisa antropológica em arquivo, pois, como pretendeu-se demonstrar neste trabalho, os diferentes tipos de documento permitem a constituição de diversas perspectivas para a análise, propiciando a elaboração de uma polifonia em que diversas vozes emergentes podem atuar no sentido de questionar as narrativas históricas hegemônicas.

Foram propostas como metodologia para esta pesquisa: (1) a leitura a contrapelo dos textos, (2) a análise da fotografia, tanto na constituição de um informante, Benedito Junqueira Duarte, quanto na exploração da sua potencialidade intrínseca, e (3) a análise dos desenhos elaborados pelas crianças, considerados enquanto sua produção cultural e perspectiva diante do mundo histórico-cultural. Considera-se que, em conjunto, essas abordagens permitem a elaboração desta pesquisa como uma etnografia do arquivo que enfatize o protagonismo das crianças.

## Referências Bibliográficas

- BASTOS, S. Os Bairros Imigrantes da Cidade de São Paulo na década de 1930. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 2010.
- BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia [1933]. In *Mágia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história” [1940]. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRITO, P. F. “Foi respeitada a expressão da criança quando disse o que fez?” – Artes nos Parques Infantis através das fotografias de Benedito Junqueira Duarte. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, USP, São Paulo, 2016.
- CASTRO, C. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano* [1980]: 1. Artes de fazer. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica In Gonçalves. J. R. (org.) *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

- COUTINHO, R. Mário e os desenhos das crianças. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº30,2002.
- CUNHA, O. M. G. Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo. *MANA* 10(2): 287-322, 2004.
- DAWSEY, John C. “Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. *MANA* 15(2): 349-376, 2009.
- FARIA, A. L. G. *Educação Pré-Escolar e Cultura*. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002.
- FREHSE, F. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 36, jul-dez. 2005, p.131-156.
- FERNANDES, F. “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro” *In Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FERNANDES, F. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. *Estudos Avançados*, nº8 (22). São Paulo, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão [1975]*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- GOBBI, M. A. *Desenhos de Outrora, Desenhos de Agora: os desenhos das crianças pequenas do acervo de Mário de Andrade*. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas, SP, 2004.
- GOBBI, M. A. Mundos na Ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 20 n. 41, p. 147-165, jan./abr. 2014.
- HULL, M.S. "Documents and Bureaucracy". *Annual Review of Anthropology*. Vol. 41. 2012.
- KUSCHNIR, K. Desenhando Cidades. *Sociologia&Antropologia* vol. 02 nº04, p. 295–314, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TURNER, V. W. “Dewey, Dilthey e Drama: um ensaio em antropologia da experiência”. *Cadernos de Campo*. nº13 177-185, 2005.
- VALENTINI, Luisa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

ZEITLYN, D. Anthropology in and of the Archives: Possible Futures and Contingent Pasts. Archives as Anthropological Surrogates. *Annual Review of Anthropology*. 2012. 41:461–80.